



# Anais da Assembléia

N.º 92

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

## RESOLUÇÃO N.º 02/85

DATA: 20 de Maio de 1.985.

SÚMULA: Reconhece a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

— ASALEP, como entidade representativa dos Servidores da Assembléia Legislativa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica reconhecida a ASALEP — Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa para os assuntos de natureza funcional nos termos do artigo 84, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — A representação legal dos servidores legislativos para os assuntos de natureza funcional, será exercida pela ASALEP — Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto à Comissão Executiva e demais órgãos da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. Ao encaminhar a indicação de representante, a Entidade referida fará anexar cópia do ato que deu investidura regular ao escolhido e respectivo suplente.

Art. 3.º — A Secretaria da Assembléia, através da Diretoria Geral e demais órgãos administrativos, dispensará à Entidade referida toda colaboração possível para o exercício da representatividade prevista nesta Resolução.

Art. 4.º — A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Paraná deverá cooperar com as diretrizes, iniciativas e atos da Administração Superior da Assembléia Legislativa, com vistas ao aperfeiçoamento da qualificação profissional e melhoria do desempenho dos servidores legislativos.

Parágrafo único. Anualmente, a entidade encaminhará à Comissão Executiva relatório circunstanciado de suas atividades, com o objetivo de comprovar seu funcionamento regular e o exercício adequado de representatividade dos interesses do corpo funcional da Assembléia Legislativa.

Art. 5.º — Ao encaminhar reivindicações de interesse dos servidores, a Entidade deverá manter registros, comprováveis por auditoria procedida pela Comissão Executiva ou por Lideranças de Bancada, que assegurem terem sido observados procedimentos capazes de garantir amplo debate e adequada aprovação das propostas encaminhadas, seja pelo corpo de associados ou pelos órgãos internos da gestão, de forma a preservar a representatividade objetivada nesta Resolução.

Art. 6.º — A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deverá prestar contas de quaisquer auxílios que receber da Assem-

bléia Legislativa e manterá escrituração contábil regular.

Art. 7.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20/05/85

(a) NILSO SGUAREZI

Presidente

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 79.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1985

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Bufara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DONATO GULIN — Senhor Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PAULO FURIATTI — Senhor Presidente, gostaria que fosse acionada a campanha para que os nobres Deputados

tomem conhecimento da realização da chamada.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) (Faz soar os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Anibal Khury) — Deputado Antônio Annibelli... (presente)

O SR. DONATO GULIN — Senhor Presidente, retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI — Senhor Presidente, mantenho o pedido de chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

37 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) — Requeiro à Mesa certidão dos Senhores Deputados presentes e ausentes na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa declara aprovada a ata e esclarece ao Senhor Deputado Paulo Furiatti que se encontram à sua disposição quatro (4) certidões dos requerimentos anteriores onde Vossa Excelência solicitou a ausência e a presença dos Senhores Deputados, bem como determina à Secretaria que providencie a certidão da ata de hoje que acabou de ser Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE

#### INDICAÇÃO:

Indicação

Senhor Presidente.

Com o presente tenho a honra de indicar para fazer parte da Comissão que apreciará as Emendas Constitucionais em tramitação nesta Casa o Deputado Basílio Zanusso e como Suplente o Deputado Gilberto Carvalho.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Líder do P.F.L.

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia pelo prazo de 04 (quatro) Sessões, o Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(aa) DIRCEU MANFRINATTO, TUGUIO SETOGUTTE,  
GILBERTO CARVALHO e ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Reverendíssimo Padre CARLOS ZELESNY, ocorrido na cidade de Ponta Grossa no dia 11 próximo passado.

O extinto era Vigário da Paróquia de São Sebastião, no bairro Nova Rússia, além de fundador, diretor e responsável pela Cruzada São Sebastião, criou as escolas São Jorge, São Sebastião e São Pedro, hoje Escola Estadual Padre Carlos Zelesny. Também foi responsável pela criação das Capelas Santa Rita de Cassia, Santa Terezinha e Nossa Senhora do Pilar, hoje todas transformadas em Paróquias, sendo também artífice da construção do Seminário São José e da nova Igreja de São Sebastião.

O passamento do Reverendo Carlos Zelesny com 69 anos de idade e 43 anos de sacerdócio, veio abrir uma enorme lacuna no seio da comunidade pontagrossense, onde gozava da estima e admiração dos inúmeros amigos que possuía.

Desta decisão requer, ainda, seja dado ciência à Paróquia São Sebastião, no seguinte endereço: Rua Generoso Martins de Araújo, 1750 - Cx. Postal 296 — Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL  
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do senhor BACILEDES ANDRÉ FAÉ, ocorrido na cidade de Ponta Grossa no dia 11 próximo passado.

Pertencente a tradicional família pontagrossense, onde exercia a atividade no ramo madeireiro.

O extinto era casado com a Senhora Malvina Maria Babinski Faé e deixa os seguintes filhos: Edina Terezinha, Magna Luci, Daniele e Robson Luiz.

O passamento do Senhor Baciledes André Faé, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade local onde gozava da estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Professora Isaura Torres Cruz, 541 — Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor NICOLAU CARLOS GRAVINA, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 11 próximo passado.

Pertencente a tradicional família pontagrossense, onde exerceu por longos anos a atividade comercial no ramo de jóias.

O extinto era viúvo da Senhora Anita Serafini Gravina e deixa os seguintes filhos: Gildo Gravina, Joanino Gravina, Laiz Gravina e Nair Gravina de saudosa memória.

O passamento do Senhor Nicolau Carlos Gravina, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade local onde gozava da estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Dr. Colares, 562 — Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Nicolau Carlos Gravina, membro de tradicional família pontagrossense, viúvo da Senhora Anita Serafini Gravina, deixando os seguintes filhos: Gildo Clodomir Gravina, casado com Stella Maris Gravina, Joanino Carlos Gravina, casado com Gloris Bittencourt Gravina, Laiz, casada com Eunar Monastier, Nair (já falecida), casada com Silvio Missino, também de saudosa memória. Deixa ainda 8 netos e 16 bisnetos.

O enfausto passamento, ocorreu dia 11 de setembro de 1985, na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Dr. Collares, 562 – Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Padre Carlos Zelesny, ocorrido no dia 11 do corrente, na cidade de Ponta Grossa.

O Padre Carlos Zelesny faleceu aos 69 anos de idade e 43 de Sacerdócio.

Personalidade conhecida da comunidade pontagrossense, destacou-se na missão de dar atendimento às pessoas menos favorecidas, sendo fundador de diversas entidades assistenciais e estabelecimentos de ensino, tais como a Cruzada São Sebastião e São Pedro, esta última levando o seu nome.

O Padre Carlos Zelesny nasceu em 9 de dezembro de 1916, tendo sido ordenado Sacerdote em 20 de dezembro de 1942.

Em 1961 passou a exercer o sacerdócio na Paróquia de São Sebastião, no bairro de Nova Rússia.

Em pouco mais de um ano, contando com a colaboração dos paroquianos daquela localidade, inaugurava a nova Igreja do bairro.

Pessoa benquista, foi mentor e principal responsável pela edificação de diversas obras sociais na cidade em que dedicou seus últimos anos de vida.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Balcides André Faé, membro de tradicional família pontagrossense, deixando viúva a Senhora Malvina Maria Babinski, e os seguintes filhos: Edna Terezinha, Magna Luci, Daniele Robson Luiz, ocorrido no dia 11 de setembro de 1985, na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Professora Izaura Torres Cruz, 541 – Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE REGOZIO pelo transcurso do 162º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE PONTA GROSSA, que será comemorado no próximo dia 15 do corrente mês de setembro, dando-se ciência ao Chefe do Poder Executivo e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

A 15 de setembro de 1823, era editado o Alvará Imperial criando a Freguezia de Estréla, primeira denominação da cidade de Ponta Grossa, com o seguinte teor:

“Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil faço saber que atendendo ao que por consulta do “Mero” de consciência e ordem subiu a minha imperial presença, hei por bem uma nova Freguezia com o rogo de Senhora Sant’Ana, em um lugar vizinho da capela denominada Casa de Telha no bairro

de Ponta Grossa, distrito da Vila de Castro do Bispado de São Paulo, ficando desmembrada da Freguezia da mesma vila, servindo-lhe de limites o Rio Pitangui, atravessando toda a latitude do distrito da Freguezia da Vila de Castro e formando um meio círculo e vai fazer barra no Rio Tibagi e seguindoeste até fazer barra no Rio Iapó, devendo pertencer todos os moradores além do Rio Pitangui e Tibagi até a barra do Iapó, a esta nova Freguezia, este se cumprirá como nele se contém, sendo passado pela chancelaria das ordens e valerá como carta posto que seu efeito haja de durar mais de um ano sem embargo de ordenação em contrário sendo revestidos nos livros da Câmara do Bispado de São Paulo essa nova Freguezia dos que com ela confinarem.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1823, segundo da Independência do Império.

Imperador com Guarda.

(a) Caetano Pinto de Miranda Montenegro”.

Era a formalização do nascimento daquele que se tornaria um dos mais pujantes municípios do Estado do Paraná.

Segundo historiadores, a vila já havia sido fundada em 1812, e, dado o seu rápido desenvolvimento, seus primeiros moradores, com destaques a Domingos Teixeira Lobo, Benedito Mariano Ferreira Ribas, Domingos Ferreira Pinto, Antonio da Rocha Carvalhaes e Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes, foram os principais responsáveis pelo reconhecimento oficial da nova “Freguezia de Estréla”.

A família Carvalhaes doou um terreno para a construção da Capela de “Nossa Senhora de Sant’Ana”, descrito como templo de palha, erigido por Jerônimo Vieira.

O primeiro vigário nomeado para atender a nova Freguezia foi o Padre Joaquim Pereira da Fonseca.

Em 1840 foi anexado ao seu território, o “Rincão da Ronda”, áreas de terras doada por Domingos Ferreira Pinto.

A prosperidade tomou-se um marco constante daquela rica e fértil região, que já havia sido visitada pelos bandeirantes Aleixo Garcia, em 1526, Pero Lôbo e Francisco Chaves, em 1531, bem como, na década seguinte, pelo “adelantado” Álvares Nunes Cabeza de Vacca, que havia sido nomeado Governador Geral do Paraguai, e, em 1541, na sua viagem da Espanha para aquela Província, teria cruzado os “Campos Gerais”, passando pela “Vila do Príncipe” (Lapa), Palmeira e Ponta Grossa.

Permaneceu sob a jurisdição da Vila de Castro ou de Nossa Senhora de Sant’Ana do Pirapó, até a criação da Freguezia da Estréla, pelo ato transcrito no início desta explanação.

Pela Lei Provincial n. 34, de 07 de abril de 1855, elevou-se à condição de Vila e Município.

Logo após, a Lei Provincial n. 82 de 24 de março de 1862 conferiu-lhe foros de cidade.

Como curiosidade, além de sua primitiva denominação, em razão da Lei n. 281, de 15 de abril de 1871, teve seu nome alterado para Pitangui, voltando a denominar-se Ponta Grossa, por força do disposto na Lei n. 309, de 5 de abril de 1872.

Com o passar dos anos seu território foi acrescido de áreas anteriormente pertencentes a Castro e a Palmeira.

Apesar de ter sido reconhecida como Comarca em 1876, voltou à jurisdição do Termo de Castro no ano seguinte, para ser reconduzida à condição de Comarca em 1889.

Hoje, a cidade de Ponta Grossa se destaca entre as mais prósperas do País, figurando entre os três Municípios de maior desenvolvimento do Estado.

Passagem obrigatória entre a Região Sul e São Paulo, é considerada como o centro de maior confluência de tráfego do Paraná e Santa Catarina.

Sua população é a terceira de nosso Estado, compreendendo 2 por cento de sua totalidade.

Sede da Microrregião dos “Campos Gerais”, integrada pelos municípios de Castro, Pirai do Sul, Tibagi, Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva, Cândido de Abreu, Ivaí, Ipiranga,

Imbituva, Teixeira Soares, Palmeira e Porto Amazonas, destaca-se no cenário nacional pelas suas indústrias alimentares e produção agrícola, racionalmente distribuída em seus 2.112,6 Km2 de área territorial.

Seu comércio é intenso e na rede do Município estão instaladas milhares de estabelecimentos varejistas e grande número de atacadistas.

Sob o aspecto turístico, Ponta Grossa conta com um dos mais belos locais do mundo: Vila Velha, extraordinária obra da natureza, a qual ao lado de Furnas, Alagados, Rio São Jorge e Lagoa Dourada, oferece aos seus visitantes, reservas ecológicas de rara beleza e dignas de serem apreciadas, valorizando sua preservação e levando o nome do Município aos mais diversos recantos.

Na área da educação, Ponta Grossa se destaca como um dos principais centros de estudos do Paraná.

Colégios como o Sant'Ana, fundado em 1905; São José e Escola Estadual Júlio Teodorico, com meio século de existência, ao lado dos tradicionais Colégios São Luiz, Regente Feijó e SEPAM, asseguram a qualidade de ensino.

Bem estruturada desde os cursos de primeiro grau, o Município oferece várias opções para o ensino superior, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Nos meios de comunicação, o Município sempre foi bem servido, contando hoje com uma Emissora de Televisão, a TV Esplanada, e retransmissão dos programas de todos os canais que operam na Capital do Estado.

Na imprensa escrita destacam-se os periódicos "Jornal da Manhã", "Diário dos Campos" e "Jornal da Cidade", com o surgimento de outras publicações e recentemente, o lançamento de hebdomadário, com o objetivo de manter a comunidade bem informada.

Várias Emissoras de Rádio operam no Município, levando a seus ouvintes farta programação cultural e noticiosa, podendo-se citar: Rádios Central do Paraná, Clube Pontagrossense, Difusora de Ponta Grossa, Vila Velha, Emissora Sant'Ana e Lagoa Dourada.

Aproximadamente, trafegam pela cidade um veículo para cada quinze habitantes.

Gozando de exelente infra-estrutura, é servida por água e esgoto, em redes parciais, e possui bons hospitais.

O Poder Executivo Municipal é exercido com a colaboração do Legislativo, onde atuam 21 Vereadores.

Nesta Casa, três Deputados Estaduais representam o Município, e dois Deputados Federais foram eleitos pela população local.

Essa significativa data, portanto, não poderia ficar sem registro nesta Assembléia Legislativa, pois, nessa Princesa dos Campos, é um dos recantos mais conhecidos do Paraná e a divulgação de sua história e pujança é um dever que assumimos com a honrosa missão de representá-la junto ao Poder Legislativo do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, para fins de análise e inclusão na pauta de discussões do texto da futura Constituição, as seguintes questões relativas ao Serviço Militar e às Forças Armadas:

— que ao se alistar nas Juntas de Serviço Militar todo jovem possa optar pela alternativa de um Serviço Civil Patriótico por motivo de consciência religiosa ou filosófica. Este serviço será mobilizado no combate à fome e à miséria e na luta para preservar o meio-ambiente e contará com 50 por cento dos recursos humanos e financeiros das Forças Armadas;

— que tal Serviço seja em todos os seus aspectos (legais,

financeiros, de direitos políticos, etc.) equivalente ao Serviço Militar regular;

— que as jovens de 18 anos poderão se alistar como voluntárias neste serviço.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais declarou em seu discurso de posse que seu "... propósito é que a Comissão possa ouvir o povo, recolhendo suas idéias criadoras". Neste sentido, as sugestões aqui encaminhadas são fruto da manifestação popular, especificamente de jovens brasileiros ligados ao Movimento de Justiça e Não Violência.

Há um número cada vez maior de jovens que, baseados em suas convicções religiosas ou por razões de ordem filosófica, a par de se posicionar enfaticamente a favor da justiça social e da erradicação da miséria e da pobreza, rejeitam o treinamento e o uso de armas, item obrigatório do Serviço Militar brasileiro. Seu patriotismo, sua preocupação e dedicação às causas nacionais é inegável. Um Serviço Civil Patriótico seria uma alternativa para que pudessem se dedicar à sua Pátria e à sua gente, sem qualquer perda dos seus direitos, como ocorre na atual legislação.

E, finalmente, está mais do que provado por economistas do mundo inteiro, com diferentes pressupostos ideológicos, que com apenas uma parte dos gastos militares se poderiam resolver os problemas do subdesenvolvimento e a pobreza que afligem o mundo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de correspondência ao Governador José Richa e ao Secretário do Trabalho e Assuntos Comunitários, solicitando urgência das providências no sentido de socorrer permanentemente com agasalhos, alimentos e medicamentos os acampamentos dos sem-terra.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

É por demais preocupante a situação de vida quase sub-humana a que estão submetidos os inúmeros sem-terra, acampados em condições precaríssimas. Essa situação se equipara à dos flagelados das enchentes, beirando o nível da calamidade pública, o que exige dos governantes atuação pronta e impositergável no sentido de que pelo menos o sofrimento físico seja minorado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Raul Victor Lopes, sugerindo que o mesmo libere a distribuição dos passes para o transporte coletivo desta Capital através da Associação de Cabos e Soldados, entidade dirigida por Sebastião Felix de Souza.

Ocorre que essa associação vem realizando um excelente trabalho de apoio aos militares da PMP, incluindo-se cabos e sol-

dados, e possui uma estrutura muito bem organizada para fazer com que os passes cheguem mais facilmente aos seus milhares de associados. Restringir a distribuição dos passes apenas ao comando da Polícia Militar causa alguns transtornos e aborrecimentos que podem ser eliminados, com a entrega, num acordo bem democrático e cavalheiro, de parte deles para a Associação de Cabos e Soldados, que desenvolve um trabalho muito dinâmico de apoio àqueles que prestam serviços na vanguarda da segurança em nosso Estado.

As empresas de transporte coletivo cedem os passes com a única e exclusiva finalidade de colaborar com os militares da PM paranaense e, certamente, o Excelentíssimo Senhor Comandante não se recusará a atender o apelo que ora formulamos através desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de um posto de saúde na Municipalidade de Campo Mourão.

A Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão fez realizar, recentemente, mais uma de suas reuniões. Dentre as inúmeras proposições apresentadas, destaca-se, também, requerimento apresentado que visa a construção de um posto de saúde na região de Alto Aeroporto.

A autoria da referida proposição é do Excelentíssimo Senhor João Dondaque Rezende da Silva. Na condição de integrante do Poder Legislativo Municipal mourãoense, tem sentido os problemas vivenciados pela população, notadamente com relação à faixa de menor poder aquisitivo. Neste sentido, no que diz respeito a região do Alto Aeroporto, o nobre Vereador quer a construção de um posto de saúde, a fim de pôr fim a uma série de problemas que se verificam face a não existência de um local que proceda o atendimento desta natureza.

Para tanto, faz-se necessária a aplicação de recursos que possibilitem a concretização daquela que é, sem dúvida alguma, uma justa postulação; esperando-se, deste modo, o respaldo financeiro proveniente dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais deste Poder, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ SARNEY, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil, propondo a concessão do desconto IPI na aquisição de veículos por parte dos vendedores autônomos, nos moldes do que se aplica, hoje, aos motoristas de táxi.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O automóvel é, sem sombra de dúvida, um instrumento

de trabalho do qual não pode prescindir o vendedor autônomo que, em sua maioria, são pessoas de reduzidas posses, ganhando com sacrifício o sustento de suas famílias.

As constantes viagens, por milhares e milhares de quilômetros percorridos mensalmente, fazem do seu veículo um segundo lar, o qual muitas vezes não oferece as mínimas condições de segurança e conforto, em função do desgaste acentuado provocado pelo uso diário e por estradas nem sempre em condições.

No entanto, apesar de sua luta diária, muitas vezes, noite e dia, sem parar para repousar, o vendedor autônomo, como tantos outros seres deste mundo, quando vai em busca de um veículo (automóvel) novo, esbarra nos preços proibitivos, corrigidos quase que diariamente por aumentos aplicados pelas montadoras.

Não podendo comprar um veículo novo, pois, igualmente, o financiamento torna-se uma ameaça devido as pesadas taxas de juros cobradas, o vendedor autônomo constri-se na obrigação de continuar seu trabalho servindo-se de um veículo gasto, inseguro, e, o que é pior, improdutivo para o tipo de trabalho que realiza, empenhando-se na luta diária, com a esperança de um dia poder concretizar o sonho de um carro novo.

Por tais motivos, entendemos ser justa a extensão do benefício, hoje já existente em favor dos taxistas, também em favor dos vendedores autônomos, concedendo à Classe, condições que favoreçam o trabalho desses heróis anônimos, que somam milhares em todo o País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do Editorial "Cafajestismo intelectual", publicado na edição do último domingo pelo respeitável jornal "O Estado de São Paulo", a respeito da polêmica obra "Reflexão e Ação em Língua Portuguesa".

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 197/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS — VAQUEANOS DA QUERÊNCIA, com sede e foro no Município de CLEVELÂNDIA, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Para que não sejamos vítimas de culturas que impeçam a afirmação da nossa própria cultura, há necessidade de uma interação real, intensa e profunda com as raízes culturais de cada comunidade.

A preservação cultural só adquire vitalidade quando deixa de ser idéia, partindo da elaboração teórica para a realização.

Assim faz o Centro de Tradições Gaúchas "Vaqueanos da Querência".

Respeitando a cultura brasileira como um todo, zela pela

recuperação e preservação da cultura gaúcha, através da promoção sadia de diversões que lembram suas lendas e costumes e principalmente suas canções que falam de amor, trabalho, migração, religião, alegrias e tristezas.

Incentivar entidades de tal natureza é contribuir para erradicar a alienação cultural, causa principal da perda da identidade da cultura brasileira, e a promoção cultural é uma obra democrática.

A cultura, patrimônio de ricos e pobres, é mercadoria comunitária do povo.

Não criamos a tradição, mas temos o dever de preservá-la.

Portanto, declarar de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas "Vaqueanos da Querência", é contribuir para o respeito ao próprio homem, as suas tradições culturais e portanto, para as causas da paz.

#### PROJETO DE LEI N. 198/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DA LUZ MARINA, com sede e foro no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de Luz Marina, do Município de Toledo, foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido da solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos moradores daquela localidade perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns: apoio às famílias carentes, apoio às atividades agrícolas da região, trabalho educativo dos moradores em conjunto com as escolas e mutirões para construção de moradias.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

#### PROJETO DE LEI N. 199/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de São Sebastião, no Município de Toledo, foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido da solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos moradores daquela localidade perante as autoridades administrativa e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns: apoio às famílias carentes, prestação de assistência médica e dentária e organização de atividades artísticas e esportivas.

A documentação que acompanha nossa propositura, justifica plenamente as exigências legais.

#### PROJETO DE LEI N. 200/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Porto Alegre, do Município de Toledo, foi fundada com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos moradores daquela localidade perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns: a construção de residências em regime de mutirão, apoio a famílias carentes, organização de festivais artísticos-culturais, desenvolvimento de hortas comunitárias, etc.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

#### PROJETO DE LEI N. 201/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores de Formosa do Oeste", com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formosa do Oeste foi fundado com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres do Sindicato, citamos alguns: promoção e conciliação dos dissídios coletivos ou individuais do trabalho; serviço de assistência social para os menos favorecidos; prestação de assistência odontológica aos associados etc.

A vasta documentação que acompanha nossa propositura justifica as exigências legais.

#### PROJETO DE LEI N. 202/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jesuítas", com sede e foro no Município de Jesuítas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

## JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jesuítas foi fundado com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres do Sindicato, citamos alguns: promoção e conciliação dos dissídios coletivos ou individuais do trabalho; serviço de assistência social para os menos favorecidos; manutenção de escolas de alfabetização aos filhos dos associados, etc.

A vasta documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

## PROJETO DE LEI N. 203/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação Pré-Sindical dos condutores autônomos de veículos", com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Pré-Sindical dos condutores autônomos de veículos do Município de Toledo foi fundada com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses da sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns: a promoção de cooperativas de consumo e de crédito, manutenção de assistência judiciária para os associados, e a manutenção de escolas, especialmente de ensino técnico-profissional.

A vasta documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

## PROJETO DE LEI N. 204/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Europa e Jardim América", com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Europa e Jardim América, do Município de Toledo, foi fundada com intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos morado-

res daquela localidade perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns: apoio a famílias carentes, organização de atividades artísticas e esportivas, desenvolvimento de hortas comunitárias, etc.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

## PROJETO DE LEI N. 205/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Os Reitores e Vice-Reitores das Universidades e Diretores das demais fundações de ensino do Paraná serão escolhidos na forma prevista por esta lei, em escrutínio direto e secreto, do qual participarão o corpo docente e discente e os funcionários da entidade.

Parágrafo único: a escolha será referendada pelo Governador do Estado, a quem compete o ato de nomeação num prazo de noventa (90) dias a partir da data da eleição.

Art. 2.º — Qualquer membro da comunidade, maior de 21 anos desde que residente no Município em que se localizar a Universidade, ou numa distância não superior a cinquenta (50) quilômetros da sua sede poderá concorrer à indicação.

Art. 3.º — Os candidatos deverão se inscrever na reitoria da Universidade até 30 dias antes do pleito, que realizar-se-á, sempre, no dia 10 de abril do ano em que terminar o mandato do reitor e vice-reitor em exercício.

Parágrafo único: Nas universidades em que o mandato dos reitores terminar no corrente ano de 1985, o Governador do Estado designará, reitor e vice-reitor interinos que presidirão o processo de escolha a ser realizado a 10 de abril de 1986.

Art. 4.º — Votarão no pleito todos os alunos, professores e funcionários da universidade, tendo os votos mesmo valor proporcional, de forma que cada categoria, em conjunto, tenha o mesmo poder de voto que as demais.

§ 1.º — O valor proporcional dos votos será obtido através de coeficiente a ser calculado pela divisão do número 1000 pelo número de integrantes da categoria em questão, de forma que o coeficiente obtido, multiplicado pelo número de integrantes da categoria tenha valor igual aos demais.

§ 2.º — Os coeficientes de que trata o parágrafo anterior deverão ser calculados até duas casas decimais, desprezando-se o resíduo.

Art. 5.º — Não será permitida a participação no processo de escolha de candidatos estrangeiros, a menos que naturalizados brasileiros.

Art. 6.º — Os professores, alunos e funcionários que participaram do processo de escolha deverão ter sua situação devidamente regularizada dentro da entidade, sendo vedado o voto ao funcionário admitido a menos de noventa (90) dias da data da eleição.

Art. 7.º — Para inscrição a pleito para os cargos de reitor e vice-reitor os candidatos deverão apresentar, no momento da inscrição os seguintes documentos: carteira de identidade, título de eleitor, CPF e certidão do Car-

tório Distribuidor da Comarca atestando não estarem os mesmos indiciados em qualquer processo criminal.

Art. 8.º — A Secretaria de Estado da Educação regulamentará a aplicação desta lei dentro de um prazo de noventa (90) dias após sua sanção.

Art. 9.º — Somente o Poder Judiciário poderá determinar a inelegibilidade de qualquer dos concorrentes não cabendo, salvo em juízo, impugnação a nível administrativo.

Art. 10 — É vedada a reeleição aos cargos de cujo preenchimento trata esta lei.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoio: Trajano Bastos, Eduardo Baggio, Péricles Pacheco, Tuguio Setogutte, Basílio Zanusso, Edgard Pimentel, Gabriel Manoel, Antônio Annibelli, Ervin Bonkoski, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César.

#### JUSTIFICATIVA:

A eleição direta para reitores e vice-reitores das universidades estaduais e demais fundações de ensino mantidas pelo Estado, além de se constituir em antigo anseio da comunidade universitária, vem, diretamente, ao encontro dos novos rumos que se pretende impor ao País, em busca de uma democracia plena e totalmente justa.

Nestas condições o presente projeto de lei, que complementa as medidas tomadas pelo presente Governo, que já estabeleceu e patrocinou eleições diretas para a escolha dos diretores de estabelecimentos de ensino de segundo grau se nos parece justo e oportuno, motivo pelo qual contamos com o indispensável apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que o Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, solicita que seja divulgado que amanhã, sexta-feira, às 20:30 horas, será levada em cadeia nacional de rádio e televisão o programa de Defesa do Legislativo.

A Mesa concede a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os bancários de todo País demonstraram a sua força de organização com a deflagração da greve nacional pelos direitos legítimos e justos que a categoria vem reivindicando.

Os banqueiros, uma das classes mais privilegiadas deste País, tornaram-se surdos e mudos quanto às justas reivindicações dos bancários. E não restou a esta categoria outra alternativa senão exercer o seu direito legítimo de greve para alcançar os seus objetivos.

Eu quero aqui parabenizar os bancários de todo o Brasil que a respeito de todas as medidas tomadas até hoje contra a inflação, sem dúvida, a greve dos bancários é uma das medidas mais concretas contra a inflação deste País, porque a medida que paralisa a sanha de lucros dos banqueiros desta Nação, estão ajudando este País a dar um pouco de paciência a este povo que não aguenta mais os altos custos financeiros.

Além disto, tivemos uma demonstração, ontem, quando na presença dos Deputados Rubens Bueno, Tadeu França e do Delegado do Trabalho, fomos até o posto do BAMERINDUS, na Avenida Kennedy, pela madrugada, e verificamos que lá se encontravam cem funcionários por mais de 24 horas trabalhando e dormindo no local de trabalho, em péssimas condições. E hoje, pela manhã, o BAMERINDUS liberou estes funcionários para que possam ir às suas casas e aqueles que desejam tra-

balhar, trabalhem normalmente.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero parabenizar o Sr. Secretário da Segurança Felipe Haj Mussi, pela condução da Polícia Militar no episódio das greves, que tem sido um episódio dos mais meritórios na forma como ela vem tratando o movimento.

Na manhã de hoje, com a presença do Presidente da Federação dos Bancários do Estado do Paraná, Roberto Pinto, visitamos vários piquetes e, em todos eles, pudemos verificar a forma de atuação da Polícia Militar de forma a garantir a segurança, mas sem causar nenhum incidente com a população e com os bancários.

Fica aqui o registro e o elogio ao Secretário da Segurança e à Polícia Civil pela forma de conduta que vem tendo em relação à greve dos bancários. Mas, ao mesmo tempo que elogiamos, temos que criticar o posicionamento do Governo Federal, que com a decisão do Ministro do Trabalho de decretar estado de greve, sem sombra de dúvida vem de encontro aos interesses dos banqueiros. Banqueiros estes que não precisamos aqui falar muito, mas são aqueles que hoje dominam a Nova República.

Todos nós sabemos que são os banqueiros os grandes artífices da Nova República. E por isto mesmo, fizeram com que o Governo Federal juntamente por ordens do FMI se curasse no endurecimento da greve dos bancários.

Fica aqui o registro, o nosso apoio a esta greve e esperamos que ainda hoje uma solução seja encontrada de forma a que haja estabilidade no emprego, por um ano, e as reivindicações do Tribunal Superior do Trabalho sejam aceitas pelos banqueiros e para que possamos, na segunda-feira, ter a volta na normalidade do setor.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, nosso registro e nosso aplauso ao Sr. Francisco Olivieri, pelo seu excelente trabalho na FAMEPAR.

Em segundo, Sr. Presidente, para cobrar tanto do Governo Federal, como do Governo Estadual, uma providência séria e imediata aos trabalhadores sem-terra do Paraná, que estão vivendo momentos de expectativa, de ansiedade, de angústia, de desespero, de crise, de miséria, eles estão acampados, estão em busca da terra prometida e esta não chega nunca.

Eles não têm recebido, por parte das autoridades, a atenção que merecem, é lamentável que o Paraná tenha um problema como o dos trabalhadores sem-terra, que poderia estar solucionado já há muito tempo, se tivesse havido boa vontade por parte do Governo.

E, por último, queremos lamentar a grande repressão psicológica e até de ordem material que o Governo da Nova República vem fazendo, contra os bancários de todo o País. É notório para o telespectador, para aquele que lê os grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, que a máquina econômica, que a máquina do dinheiro do Governo da Nova República, está em ação há muito tempo. Esta mesma máquina que acabou com a greve dos metalúrgicos de São Paulo, que chegará até que repor os dias que ficaram parados durante a greve, volta o Governo "democrático" da Nova República, para continuar ameaçando os bancários e os grandes veículos da comunicação pouco falam desta greve dos bancários.

Nós temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um clima de harmonia, de respeito por parte dos bancários, mas que continua insistindo para que banqueiros, os mesmos dos 500 por cento de lucro em seis meses atendam e de um pouco mais de justiça e de humanidade, de calor humano e melhorem os



vencimentos dos Bancários de todo o País.

O sucesso da paralização, deveu-se à espontânea participação dos bancários.

Eu leio aqui no Informativo Bancários:

Demonstramos a todos a justeza de nossas reivindicações através da características pacífica de nosso movimento.

A partir de hoje, os banqueiros começam a tratar-nos como se fôssemos seus inimigos em uma guerra, mostrando que são intransigentes, também, em aceitar-nos como defensores de nossos direitos. Segundo as notícias dadas, ontem à noite, é intenção dos banqueiros (através do porta-voz do Presidente da República do PMDB — José Sarney) que a polícia passe a intervir na atividade dos bancários, intervir em nossa atividade de manter a greve.

É necessário que todos mantenham a calma e a confiança de que nós trabalhadores não somos “um caso de polícia e que temos o direito de sermos respeitados em nossa DEMOCRÁTICA opção de paralizarmos a nossa atividade para conseguir nossos objetivos.

Mantenha a unidade para a vitória final, é o que conclui o Informativo Bancário.

E vejam o que o BAMERINDUS já fez aqui em Curitiba, no Paraná: demissão de funcionário por vingança, por ódio; o porta-voz da juventude socialista do PDT de Curitiba, Roland Rutyna, quase foi preso, ontem, pela Polícia Militar, quando atuava, isso na noite de antes de ontem, porque ele atuava no comitê de esclarecimento aos funcionários do BAMERINDUS, na Vila Hauer.

A polícia invadiu o Comitê e fez sérias ameaças, porque diz aqui o bancários, Roland Rutyna, estávamos orientando os nossos colegas sobre os direitos de greve.

É lamentável que o Bamerindus faça essa demissão e o apelo ao Governo José Richa, para que não permita que a polícia persiga e coloque medo em bancários, como aconteceu com o porta-voz da juventude socialista do PDT.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Próximo orador inscrito, Senhor Deputado Ervin Bonkoski. Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em discurso que proferimos desta tribuna, nos meses de março e abril, enfocamos a obra “reflexão e Ação em Língua Portuguesa”. Na oportunidade, além de transmitir opiniões de inúmeros pais e educadores, a respeito da perniciosa obra, levantei dúvidas quanto ao nome de Marilda Prates, que figurava como autora. Isto porque nenhuma menção era feita às suas qualificações, como normalmente ocorre na publicação de livros didáticos. Mais que agora, pela ação da imprensa, cai a máscara da autora, que se escondia atrás da moita.

Marilda Prates não existe. É o nome falso, imaginado por Janice Janete Persun, que recebeu o diploma de letras da Universidade de Blumenau, Santa Catarina e de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná.

Identificada a referida Senhora que se escondia no pseudônimo, vem lançar farpas contra os que se mostram indignados com sua péssima obra, classificando o movimento como utilitário e de extrema direita.

Na verdade, a pseudodadora está vendo mais em seu extremismo de esquerda. Confunde as coisas, como aliás, fez em sua Cartilha. É lamentável ver uma obra dessas produzida por pessoa que não a assumiu publicamente, seja usada como livro didático. Serviria, muito bem, para um País do faz de conta, mas não ao Brasil, onde deve existir uma sociedade séria.

Hoje, campanhas de esclarecimentos semelhantes a que fizemos desta tribuna, está ocorrendo na Assembléia Legislativa

do Estado de São Paulo e no Congresso Nacional, pela ação de eminentes Deputados. Além, da ação de lideranças representativas de um município paulista, como o Bispo de São Carlos, que busca a defesa dos princípios mais elevados.

Cabe ressaltar, também, o trabalho da imprensa que, inclusive por editoriais, chama a atenção do assunto, que deve ser encarado com a máxima responsabilidade.

Ressaltando, desta feita, o desempenho do Jornal “O Estado de São Paulo”, proponho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):

Sr. Presidente, o Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do editorial “Cafagestismo Intelectual”, publicado na edição do último domingo, pelo respeitável jornal “O Estado de São Paulo”, a respeito da polémica obra “Reflexão e Ação em Língua Portuguesa”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o respeito às opiniões emitidas pelo Deputado Ezequias Losso, na realidade, reconhecemos em toda a literatura que está sendo proposta em termos de orientação pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, exatamente uma resposta à formação de uma consciência social e política tão indispensável para a compreensão do processo crítico. Porque, a bem da verdade, não queremos que em nosso País continuem se reproduzindo os entulhos da ditadura.

Não queremos jovens a exemplos de tantas mentes que foram embotadas pela literatura do capitalismo selvagem que nos vem massacrando. E como nos dói, quando vemos jovens, como ainda ontem, visitávamos, com os Deputados Paulo Furiatti e Rubens Bueno, que incapazes de compreender o que é a solidariedade de um movimento grevista, que luta por uma causa coletiva, limitavam-se a dizer “a greve pode ser justa, mas nunca há adesão total, e que nós somos contra a greve, mesmo reconhecendo que elas têm como objetivo valorizar a categoria dos trabalhadores”.

Estas reflexões são produtos de uma lavagem cerebral, que foi a tônica nos últimos 21 anos. E, através da reflexão e da ação, é que poderemos liberar as mentes tão sedentas de comprometimento com a transformação social do Brasil. Enquanto vemos ainda certos resíduos do autoritarismo, a exemplo de uma prática felizmente já vencida, e que ontem tivemos a infelicidade de testemunhar, quando em verdadeiro ato de seqüestro branco, trabalhadores estavam sendo mantidos 24 horas pelo BAMERINDUS, com o objetivo de garantir aquilo que simplesmente não pode ser assegurado devido aos péssimos salários dos trabalhadores.

Nós temos que aproveitar o ensejo para alertar às outras questões também. A da Poupança Popular, por exemplo, nós temos que impedir nesta Casa de Leis, que no último mês de agosto, enquanto a inflação foi de 14 por cento ao mês, a Poupança rendia 8.15 por cento ao mês. É por esta razão que nós temos que redimensionar o nosso espaço. É que pouco a pouco, montanhas de papel inflacionado foram postas nas vitrinas populares de nosso “modelo econômico”, na forma de receituário infalível para a nossa economia asfixiada pela ferrenha batuta no FMI e dos nossos ricos “aliados” países capitalistas capitaneados pelos norte-americanos, especialistas que se fizeram na arte de nos oprimir. E no esquema de dominação contra nós imposto, vozes altissonantes acabaram lavando cerebralmente nossas cabeças, filtrando as cores da ilusão e do milagre da poupança, na miragem de um triunfalismo sonoro e alardeado aos quatro cantos do País: “quem poupa, conquista

o que a vida tem de melhor”.

Uma verdadeira bolha de sabão é esta que está sendo desvanecida ao sopro fatal da inflação, e poupança virou palavra de-ordem em nome da qual os negócios se emperilharam, o desemprego aumentou, a produção decaiu. A “poupançomania” fez antever que até a moradia familiar, se convertida em cobres e em cadernetas, daria lucros fantásticos e “pé-de-meia” sonhado.

No campo, a mesma coisa se fez. No contato da enxada com o chão, o nosso trabalhador começou a sentir o gosto artificial das montanhas de cifrões depois da terra vendida e transformada em poupança. E as dívidas acumuladas, a crise, e é por esta razão que temos que lamentar. O quadro de um progresso baseado num papel se multiplicando em papel produzindo apenas papel para salvar o Brasil, é o símbolo de uma falência de um modelo econômico que aí está.

No começo, a inflação destelhou a cobertura de papel da casa própria vendida e transformada em Caderneta de Poupança. Depois, foram as paredes, o piso, o alicerce,... até que a casa de concreto e a casa de papel converteram-se em apenas uma casa de fantasia.

Poupança é assim. Quando se pensa que empata, já se perdeu, e muito. Mesmo na banca dos números da economia invariavelmente manipulados, no mês de agosto, para uma inflação de 14,0 por cento, a poupança “RENDEU” 8,15 por cento.

Poupança não pode ser prioridade, o negócio é produzir. “Se poupança fosse tão bom — dizia um velho mineiro — o Governo não ia gastar tanto em propaganda”. “Poupançomania” é ópio que não pode surgir na cumeeira da economia popular, porque é só mesmo um “POVO UNIDO E ORGANIZADO QUE CONQUISTA O QUE A VIDA TEM DE MELHOR”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Não havendo ninguém inscrito no Grande Expediente, consulto as Lideranças se desejam utilizar-se do seu horário.

Inicialmente a Liderança do PMDB.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Declinado, consulto a Liderança do PDS.

Declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Encerra-se a Hora do Expediente,

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que comporão a Comissão que apreciará as Emendas Constitucionais. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado.

O SR. LEONIDAS CHAVES — (Pela Ordem) Eu requeiro a Vossa Excelência que seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

41 Srs. Deputados responderam à chamada. Há “quorum”

para deliberação e prosseguimento da sessão.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, devidamente apoiado, constante do expediente. — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emendas da Comissão Especial, por unanimidade. Com Emendas de Plenário. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato, Antonio Belinati, Gilberto Carvalho e Tuguo Setogutte, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia pelo prazo de 4 (quatro) sessões, o Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. — Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, por quatro sessões.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, na forma que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com Emenda de Plenário. Em Regime de Urgência.

Está em discussão o projeto.

Em votação a Emenda n. 02, já aprovada em Segunda Discussão. — Aprovada.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Tendo sido retirada a solicitação de chamada nominal, será procedida a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

35 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — Aprovada a Emenda.

Emenda n. 03 — Aprovada.

Emenda n. 04 — Aprovada.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que dá nova redação ao Art. 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09/07/82, mantido seu parágrafo único, conforme especifica. (Promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas

de Educação do Quadro Próprio do Magistério). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Mário Pereira, Nilso Sguarezi e Djalma de Almeida César, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 85/84**

Art. 1.º — O Art. 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09/07/82, suprimido o seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — As promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério, previstas no Art. 32, § 2.º, alínea “b”, observado o disposto no Art. 33 e dispensada a exigência do Art. 34, todos da Lei Complementar n. 07, de 22 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 1981, serão efetuadas, em caráter transitório, apenas no ano de 1986, nos meses de abril e outubro”.

Art. 2.º — Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) MÁRIO PEREIRA,

NILSO SGUAREZI

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoio: Tadeu Lúcio Machado e Trajano Bastos.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente Emenda Substitutiva Geral, apresentada com redação similar àquela do projeto original, tem por objetivo apenas atualizar as datas ali constantes, por já estarem ultrapassadas.

Da mesma forma, foi corrigido pequeno erro de datilografia, pelo qual se mencionou Art. 39 ao invés de 34, como é o correto.

Desde que a exposição de motivos já foi aceita, juntamente com a apreciação da legalidade, oportunidade e conveniência do plano de lei, com pareceres Favoráveis em todas as Comissões, esses pequenos e necessários reparos em nada contribuirão para modificar a sua essência.

Aprovado em Plenário, caberá ao Chefe do Poder Executivo vetá-lo ou não, no exercício de direito que lhe é deferido pela Constituição do Estado.

Convém ressaltar que a pretendida renovação dos prazos previstos na Lei Complementar n. 07, de 22/12/76, (Estatuto do Magistério), já concedida pela mencionada Lei Complementar n. 16, de 09/07/82.

Tratando-se de dispositivo com caráter transitório, a redação original passará a vigor a partir do final do ano de 1986, próximo vindouro, sem qualquer prejuízo ao espírito da lei.

Enquanto isso, os professores que procuraram aprimorar sua habilitação em prol do ensino de nosso Estado poderão obter as merecidas promoções que dependem unicamente da aprovação deste projeto a fim de que possam ser processadas pela administração pública estadual.

Em votação a emenda. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 182/84, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que denomina “ISRAEL MARTINS” a Rodovia PR-364, no trecho que interliga os Municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho e Palmital, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 15/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI e OUTROS, que declara de Utilidade Pública a entidade LAR DOS VELHOS DESAMPARADOS DE LOANDA, com sede e foro no Município de Loanda. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 30/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS — APEF, com sede nesta capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 35/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 72/85), que objetiva revogar o Art. 2.º da Lei n. 7550, de 17/12/81, ficando restaurada a redação original, do Art. 6.º e de seu Parágrafo Único da Lei n. 6407, de 07/07/73. (Composição do Conselho de Administração do IPARDES). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 45/85, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 95/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DO MEIO AMBIENTE — APAMA, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 133/85, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. EVANGELINO COSTA NEVES. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão Especial, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Baciledes André Faé, ocorrido no dia 11 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Carlos Zelesny, ocorrido no dia 11 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicolau Carlos Gravina, ocorrido no dia 11 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nicolau Carlos Gravina, ocorrida no dia 11 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Carlos Zelesny, ocorrido no dia 11 do

corrente mês, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Balcides André Faé, ocorrido no dia 11 do corrente mês, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Município de Ponta Grossa, pelo transcurso do seu 162.<sup>o</sup> aniversário, que será comemorado no dia 15 do corrente mês. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais de Contribuição para incluir no texto da futura Constituição, a alternativa de que, por razões de convicção religiosa ou de ordem filosófica, jovens que assim o desejarem, prestem um serviço civil Patriótico, ao invés de Serviço Militar Obrigatório. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e ao Secretário do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo providências no sentido de socorrer permanentemente com agasalhos, alimentos e medicamentos, os acampamentos dos sem-terra. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança, encarecendo que o mesmo libere a distribuição de passes para o transporte coletivo desta Capital, através da Associação de Cabos e Soldados. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, propondo a concessão do desconto do IPI na aquisição de veículos por parte dos vendedores autônomos, nos moldes do que se aplica, hoje, aos motoristas de táxi. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo recursos financeiros para a construção de um posto de saúde no Município de Campo Mourão. — Ao autor, para formalizar o requerimento.

A Mesa deixa de receber o requerimento protocolado sob o número 1814, por não conter assinatura do seu autor. — Ao Sr. Deputado Rubens Bueno, para providenciar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial "Cafajestino intelectual" publicado na edição do jornal "O Estado de São Paulo". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 183/85, objetivando criar cargos de provimento efetivo, no Tribunal de Alçada. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita às Lideranças Partidárias que façam a indicação dos Srs. Deputados para a Comissão Especial de Emenda

à Constituição, tendo em vista várias emendas se encontrarem tramitando e necessitarem que esta Comissão proceda os pareceres.

A Mesa informa ainda que amanhã, às 20:30 horas, será levado ao ar por cadeia nacional de Rádio e Televisão o programa "Em Defesa do Legislativo".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 321/84.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 85/84 e dos Projetos de Lei ns. 182/84, 15, 30, 35, 45, 95 e 133/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 244/84, 257/84, 275/84, 05, 28, 41, 47, 52, 63, 67, 82, 86, 87, 89, 91, 103, 105, 106, 107, 108, 113 e 116/85.

Levanta-se a sessão.

#### MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 1985

#### CAFAJESTINO INTELECTUAL

Jornal "O Estado de São Paulo".

A reação do bispo de São Carlos, com grande apoio da população local, contra a adoção de um estranho livro da série "Reflexão e Ação em Língua Portuguesa", cuja autora e editora nos dispensamos de mencionar, traduz, em última instância, a indignação de quem não abdicou nem está disposto a abdicar daqueles padrões mínimos, já não dizemos de respeito moral, mas de convívio civilizado e de respeito social, contra o autêntico destempero mental e de costumes que se vai alastrando em nossa sociedade e que, talvez mais até do que os destemperos da nossa política econômica, que ameaçam reduzir-nos a todos a joguetes nas mãos do Estado onipotente, põe em risco os valores básicos de nossa civilização, liberal e ocidental, fundada, precisamente, na idéia da pessoa humana como algo inegociável.

Acentuemos que esse livro, que não pode receber, pelas amostras fornecidas em nosso noticiário desta semana, senão o qualificativo de cafajeste, se dirige a um público teoricamente ao menos, situado entre os 10/12 e os 13/15 anos de idade, isto é, a alunos da quinta à oitava séries do primeiro grau, ou (se quisermos usar de linguagem bem mais consentânea com a nossa tradição pedagógica e anterior à famigerada Lei n. 5692) do ginásio. Como nos dispensamos de mencionar o nome da autora e da editora, dispensamo-nos de repetir aqui, outra vez, (sem prejuízo de uma eventual análise mais detida que venhamos a fazer desse "texto didático") as frases e os conceitos pouco edificantes do livro, já citados na notícia por nós divulgada.

O que de fato nos interessa, em função do caso

criado em torno desse estranho "livro didático", são alguns aspectos de ordem geral, que fazem parte de um retrato mais amplo de nossa sociedade minada pela permissividade e freqüentemente incapaz, por falta de lucidez mental, de perceber para onde ela nos leva e, por falta de coragem moral, de reagir contra ela.

Mesmo sem querer desempenhar o papel de um Catão, o Antigo, a deblaterar contra os vícios da República, (no nosso caso, a Velha, a Nova e a Novíssima), não podemos contemplar, calados, essa destruição de todos os padrões de convivência civilizada, o sistemático desrespeito às leis, a caçoada que se faz com a Justiça, o despudor, que, generalizando-se, como que torna banais as ações mais torpes, mesmo as daqueles que, por suas funções, deveriam zelar, no mínimo pelo seu próprio prestígio, para não falar em honra, palavra praticamente em desuso.

A todo instante, e em geral com a complacência quando não com o estímulo, das autoridades, assistimos a invasões de propriedades rurais privadas (que a "igreja progressista" sempre apóia, quando não promove), de empresas, de terrenos públicos urbanos (caso do Ibirapuera, por exemplo), de edifícios universitários (como quase todas as reitorias de nossas universidades, públicas ou privadas), como se vivêssemos sob a égide da força bruta, antes de qualquer ordenação jurídica. Trogloditas em diferentes situações sociais e econômicas — mas certamente irmanados na incultura e na incivilidade — lideram essas ações características de barbárie e ameaçam mergulhar-nos no caos, se é que já não estamos caminhando nele. Exemplo característico desse universo sem lei e sem ordem, em que tudo parece estar permitido, tivemos-lo nesta semana mesmo — no deprimente episódio das agressões físicas e morais contra dez juízes do Tribunal Regional do Trabalho. Quando um país perde a noção do significado da Justiça (por mais que o Poder Judiciário, entre nós, pelo menos desde as novembradas de 1955, não se tenha mantido à altura de sua missão, talvez até esquecido, no embalo das mordomias, de que a magistratura não é um simples emprego, mas antes de tudo missão), significa isso que ele está maduro para cair nas mãos de aventureiros ou de fanáticos, desde que a audácia e sangue-frio a estes não faltem. E todos sabemos que esses aventureiros andam por aí, às vezes já de posse de cargos públicos, prontos a garrotar as instituições que ainda não conseguimos reconstruir e que a própria anarquia os favorece, assim como aos fanáticos radicais.

É neste contexto que temos de considerar o que vem acontecendo com a escola em nosso país, do nível pré-escolar ao universitário. Cada vez se aprende menos, se estuda menos, cada vez o ambiente escolar se deteriora mais. Como chamar de educadores tantos indivíduos mal formados, freqüentemente incultos, enredados em esquemas ideológicos primários e sem defesas, eles próprios, contra a onda avassaladora da permissividade que destrói todos os valores e passa por cima de qualquer noção de dignidade pessoal? Os professores ganham mal, não se discute — mas não é por esse motivo que tantos, entre eles, perderam

completamente, se é que algum dia o tiveram, o sentido ético de sua profissão.

E é nesse contexto em que vive a nossa escola que temos de considerar o episódio da adoção de um pseudolivro didático, produto já desse desnorteamento do ensino, e que nada tem que ver com o sagrado princípio da liberdade acadêmica, invocado por alguém menos avisado. A liberdade acadêmica é a expressão, na escola, da liberdade de pensamento, e de crítica, que só pode desenvolver num ambiente de ordem e de respeito, de elevado conteúdo moral. Liberdade acadêmica não é convite à contestação gratuita e mal informada, ao proselitismo sectário, a serviço da anarquia e da desordem ou à desmoralização daquelas instituições sem as quais não haveria a própria liberdade acadêmica.

A liberdade docente encontra o seu limite no respeito à personalidade do educando — no caso, à personalidade em plena formação, pois que se trata de crianças ou de pouco mais do que isso. E esse limite exclui, entre outras coisas, o cafajestismo intelectual, tenha lá o objetivo que tiver.

### 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

#### ATA DA 19.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

Em votação. Aprovada.

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada 44 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

A Mesa tem a satisfação de consignar a presença do ex-Deputado e atual Prefeito de Paranavaí, Sr. Benedito Pinto Dias.

Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n. 73/85, (Mensagem n. 60/85), que aprova os Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, de 15.01.85 e 05.02.85, aos Convênios celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a EMO-PAR e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos municípios signatários. (Publicado no D.A. n. 14, de 19/03/85, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 58/85, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que cria a “Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná”, conforme especifica. Sem Parecer. Em Regime de Urgência. — (Publicado no D.A. 48, de 29/05/85).

O SR. IVAN GUBERT — Para discutir, Sr. Presidente.

Eu solicitaria informação à Mesa se este projeto entrou em pauta.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa procederá esta verificação.

A Mesa informa que, definitivamente, o presente projeto não entrou em pauta. Tendo em vista...

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Antes que esta Presidência dê o informe correto, devo avisar que este projeto entrou em pauta nos dias 4, 5 e 8. Nas três pautas necessárias ele foi incluído.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa informa a Vossa Excelência que no processo não consta esta afirmativa de Vossa Excelência.

Gostaria que Vossa Excelência tivesse elementos que comprovassem.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 77/85, (Mensagem n. 106/85, ex-Proposição n. 97/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios de Cooperação Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, com as partes, datas e objetivos que especifica. — **Aprovado.**

A Mesa tem também a satisfação de registrar a presença dos Vereadores de Paranavaí, Srs. Irineu Beti e Osvaldo Leal.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Eu pediria ao Departamento do Plenário que forneça a Ordem do Dia,

as Ordens dos dias 04 e 05, com certeza, o terceiro dia eu não me recordo bem a data, porque parece-me que houve uma intercalação de final de semana.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa converte em diligência o presente processo, até o final da sessão, solicitando ao Departamento competente, que informe.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Se Vossa Excelência, Sr. Presidente, permitir, e se minha assessora estiver me ouvindo, que mande, estão em cima da minha mesa estas Ordens do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Perfeito. Nós apreciaremos os demais projetos e voltaremos a seguir, a apreciar o presente projeto.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 78/85 (Mensagem n. 99/85, ex-Proposição n. 87/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios números 02/84 e 01/85, celebrados, respectivamente, em 12/12/84 e 08/02/85, entre o Estado do Paraná e a PETROBRÁS, Distribuidora S/A., objetivando fornecimento de produtos asfálticos para aplicação, pelo DER, em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 79/85, (Mensagem n. 113/85, ex-Proposição n. 99/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 247/84, celebrado em 16/08/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santana do Itararé, objetivando a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 80/85, (Mensagem n. 97/85 — ex-Proposição n. 85/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 04/85, celebrado em 05.02.85, entre o Estado do Paraná, através do DER, e o Município de Curitiba, através da URBS, objetivando a execução, pela URBS, de serviços de revestimentos com pedra irregular, no referido município. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 81/85, (Mensagem n. 100/85 — ex-Proposição n. 88/85, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 3/83, celebrado em 20.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do DER, com o Município de Paranavaí, objetivando a construção de ligação Rodoviária, trecho BR-376, Mandiocaba, no mesmo município. **Aprovado.**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — Da Proposição n. 103/85. VETO apostado ao Projeto de Lei n. 306/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece a data de 29 de março, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do “Dia da Cultura Racional Paranaense”. Com PARECER da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade. Está em votação o projeto. **Releito o projeto, mantido o veto.**

of. N. DTL/35/85

Curitiba, 1.<sup>o</sup> de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 39/85, dessa Presidência, e aumentar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e



na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 306/84, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o dia 29 de março será dedicado, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "Dia da Cultura Racional Paranaense" e que as autoridades estaduais concederão facilidades para a realização de atos públicos alusivos à data.

O não acolhimento ao plano de lei em exame, decorre de pronunciamento de órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, os quais consideram a matéria, pela forma como está lançada, inconveniente, inoportuna e contrária aos superiores interesses do Estado, aduzindo que o projeto se torna fora de propósito na medida em que propõe oficializar, portanto impor, a todos os paranaenses, a comemoração de uma data cujo sentido, depreende-se, historicamente, de idéias vigentes no século XIX e atualmente sem grande respaldo popular.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA.

Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI N. 306/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O dia 29 de março será dedicado, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "Dia da Cultura Racional Paranaense".

Art. 2.º — As autoridades estaduais concederão facilidades para a realização de atos públicos alusivos à data.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de maio de 1985.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 103/85 — O veto apostado ao Projeto de Lei n. 306/84, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, que estabelece a data de 29 de março, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do "DIA DA CULTURA RACIONAL PARANAENSE".

#### PARECER:

O Veto apostado ao Projeto de Lei n. 306/84 foi comunicado a esta Casa, pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício n. DTL/35/85, datado de 1.º de julho de 1985, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual (Art. 28, § 1.º) e, dos termos da justificativa depreende-se que o referido veto foi apostado tendo em vista pronunciamento dos órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, os quais consideraram a matéria contrária aos interesses do Estado.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando assim pela sua manutenção do veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Esclarecendo, finalmente, a questão levantada pelo nobre Deputado Ivan Gubert, com relação ao Projeto de Lei 58/85, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que se encontra em primeira discussão, a Mesa informa que efetivamente nos dias 03, 04 e 05, do corrente mês, conforme demonstram as Ordens do Dia da Casa, o presente projeto regularmente tramitou em pauta, estando, portanto, em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Está em discussão o projeto. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.